

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO FINAL

### PARECER

**Assunto: Mensagem de Veto nº 08 de 2025 encaminhada pelo Poder Executivo**

**EMENTA: PARECER FAVORÁVEL. ANÁLISE TÉCNICA MENSAGEM DE VETO PARCIAL ENCAMINHADA PELO PODER EXECUTIVO EM RELAÇÃO À LEI Nº 1.980/2025.**

### 1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de Mensagem de Veto encaminhada pelo Poder Executivo Municipal que, com fundamento no artigo 53, §2º, da Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, apresentou a essa Augusta Casa o VETO PARCIAL à Lei em epígrafe, de nº 1.980/2025.

1.2. De acordo com a justificativa apresentada pelo Autor, o veto parcial da Lei nº 1.980/2025 se dá em função de a proposição em análise não reunir as condições necessárias para ser sancionada, porquanto eivada de vícios que comprometem sua validade constitucional e sua adequação ao interesse público. Conforme se pode extrair da Mensagem de Veto nº 08 de 2025, a iniciativa municipal de criar um critério de pontuação adicional ou uma condição de habilitação baseada no "Selo Empresa Amiga do Cuidado", adentra de forma ilegítima em uma seara legislativa reservada à União.

1.3. Este é o relatório.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A matéria da Mensagem de Veto versa sobre o VETO PARCIAL da Lei nº 1.980/2025.

2.2. De acordo com o Parecer Jurídico 173/2025 da Assessoria Jurídica das Comissões, a Mensagem de Veto em comento encontra-se em conformidade com as normas regimentais e da técnica legislativa.

2.3. Outrossim, a proposição sob análise apresenta compatibilidade com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista.

2.4. A redação é clara e concisa, conforme determina a Lei Complementar nº 95/98.

### 3. CONCLUSÃO

3.1. Em reunião para deliberação, após análise e debate, opinamos favoravelmente à **Mensagem de Veto nº 08 de 2025**, em sua integralidade, sem ressalvas, tendo em vista os critérios de CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA.

É O PARECER.

Vitória da Conquista - BA, 7 de outubro de 2025.

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

  
**LUIS CARLOS DUDÉ**  
PRESIDENTE

  
**EDIVALDO FERREIRA JUNIOR**  
RELATOR

  
**FERNANDO JACARÉ**  
MEMBRO

## PARECER JURÍDICO

**PARECER nº 173/2025**

**Assunto:** Mensagem de Veto nº 08/2025

**Autoria:** PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**EMENTA: PARECER FAVORÁVEL. ANÁLISE TÉCNICA MENSAGEM DE VETO PARCIAL ENCAMINHADA PELO PODER EXECUTIVO EM RELAÇÃO À LEI Nº 1.980/2025.**

### 1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de Mensagem de Veto encaminhada pelo Executivo Municipal para a presidência da Câmara de Vereadores, informando o voto parcial da Lei 1.980/2025, que institui o ‘Selo Empresa Amiga do Cuidado’ no Município de Vitória da Conquista.

1.2. Quanto ao processo legislativo, à matéria foi protocolada no dia 18/09/2025 (**Protocolo:** 1989/2025) e, em seguida, no último dia 22/09/2025, fora encaminhada para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a Mensagem de Veto desta CLJRF com vista na emissão de Parecer Opinativo acerca da matéria aduzida na Proposição.

1.3. **Este é o relatório.**

### 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. É importante destacar que o exame realizado por esta Assessoria Jurídica, nos termos da sua competência legal, cinge-se unicamente à matéria jurídica envolvida, quanto aos aspectos de constitucionalidade e de legalidade das proposições legislativas, tendo por base os documentos juntados.

2.2. Por essa razão, não há, no presente parecer jurídico, qualquer juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos agentes políticos.

2.3. Outrossim, é imprescindível ressaltar que a finalidade do parecer é possibilitar que as deliberações da Casa Legislativa se desenvolvam com maior conhecimento do assunto e, em consequência, com maior adequação ao interesse público, possuindo apenas caráter opinativo, isto é, não vinculante.

3.2. Nesse linear, o Veto em análise fora encaminhado com fundamento no artigo 53, §2º da Lei Orgânica do Município, pelo que estabelece que o Chefe do Executivo pode vetar, total ou parcialmente, o projeto de lei aprovado quando este for considerado inconstitucional ou contrário ao interesse público.

2.4. No caso sob análise, vale salientar que o Projeto de Lei nº 61 de 2025 foi convertida na Lei nº 1.980/2025, tendo sido aprovada nesta Casa Legislativa com emendas.



2.5. Desta feita, tem-se que, no exercício de suas atribuições, a Senhora Prefeita, Ana Sheila Lemos Andrade, decidiu vetar parcialmente a Lei nº 1.980/2025. De sobremaneira, a discordância parcial da Chefe do Executivo Municipal à Lei nº 1.980/2025 não confronta os critérios de legalidade, tampouco revela dissonância aos preceitos constitucionais inerentes ao processo legislativos.

2.6. Não obstante, da leitura da mensagem de veto, extrai-se com clareza a motivação e os fundamentos legais para o voto total, uma vez que os aspectos programáticos voltados para a política pública a ser implementada no Município quanto a sua expansão urbana, levando em consideração os pontos urbanísticos de Vitória da Conquista.

### 3. CONCLUSÃO

3.1. Diante do exposto, considerando as razões fundamentadas, OPINA favoravelmente, com base na legalidade, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, quanto a **MENSAGEM DE VETO PARCIAL ENCAMINHADA PELO PODER EXECUTIVO EM RELAÇÃO À LEI N° 1.980/2025.**

3.2. Desta forma, NADA A OPOR ao VETO PARCIAL N° 08/2025, pelo que apresenta as razões aos membros desta Comissão para votação de Parecer pertinente à proposição, com vista na deliberação pelo Plenário.

3.3. Por derradeiro, explicita-se que o presente parecer é opinativo, não vinculando as comissões permanentes, nem tão pouco refletindo o pensamento dos nobres edis, que deverão apreciar o presente projeto de Lei.

É O PARECER.

Vitória da Conquista - BA, 7 de outubro de 2025.

  
**HILTON LOPES SILVA JÚNIOR**  
OAB-BA 44.280  
ASSESSOR JURÍDICO DAS COMISSÕES